

## FACULDADE DE DIREITO CLOVIS BEVILAQUA: A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA ATRAVÉS DO ICA-ATOM

Andrea Gonçalves dos Santos<sup>1</sup>

Bruna Paim Reis<sup>2</sup>

Daniel Flores<sup>3</sup>

### Resumo

Este trabalho tem por objetivo a preservação e acesso do fundo documental da Faculdade de Direito “Clóvis Bevilaqua” (1959-1972), que, junto com outras faculdades, deram origem à Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Para isto, o acervo foi descrito, de acordo com a norma nacional de descrição arquivística – NOBRADE e disponibilizado através do ICA-AtoM, vinculado ao website do Arquivo Geral da instituição. Considerando as normas de descrição arquivística, definiu-se o arranjo dos documentos nos níveis: fundo, série, dossiê e item documental. Devido ao seu volume, optou-se por dispensar a existência de grupos, seções e subséries para evitar a “poluição” interna do fundo. Contemplaram-se no arranjo as séries Administração Geral, Ensino Superior, Assistência Estudantil e Assuntos diversos. Sob testes na FURG, o software para descrição de documentos arquivísticos, ICA-AtoM foi “isolado” num computador, sendo necessária a inserção de dados para avaliar seu comportamento. Por estas características seu acesso ainda é restrito ao âmbito da FURG. Assim, a disponibilização do acervo em ambiente virtual é um marco no âmbito institucional, que permitirão ao consulente, detectar, preliminarmente, a possível existência e a localização de documentos de seu interesse, garantindo o pleno acesso aos documentos.

Palavras-chave: Arranjo, Descrição, FURG, ICA-AtoM.

### 1 APRESENTAÇÃO

A implantação dos primeiros cursos de Direito no Brasil, ocorreu no século XIX pelas mãos de Dom Pedro I, com a promulgação da Lei de 11 de agosto de 1827, como forma de atender às finalidades burocráticas do recém surgido Estado Brasileiro. Esta Lei criava dois cursos de ciências jurídicas e sociais nas cidades de São Paulo e Recife, estabelecia o prazo de estudo de cinco anos e após sua aprovação, alcançariam o grau de Bacharel. Também haveria um grau de Doutor a ser conferido àqueles que se habilitassem com os requisitos a serem

<sup>1</sup> Arquivista da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, mestranda em Patrimônio Cultural PPGPPC/UFSM, autora, [andreasantos@furg.br](mailto:andreasantos@furg.br)

<sup>2</sup> Arquivista, co-autora, [brunapreis.arquivologia@gmail.com](mailto:brunapreis.arquivologia@gmail.com)

<sup>3</sup> Docente do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural/PPGPPC-UFSM, líder do Grupo de Pesquisa em Gestão Eletrônica de Documentos - GED e do Grupo de Pesquisa em Patrimônio Documental, orientador, [dfloresbr@gmail.com](mailto:dfloresbr@gmail.com)

especificados no Estatuto e somente tais habilitados poderiam ser escolhidos como “lentes” (professores universitários).

Com o fim do absolutismo, e a chegada do positivismo, surgem os projetos de elaboração de um Código Civil para o Brasil, nos moldes do estatuto privado editado por Napoleão. Primeiramente com a tentativa de Teixeira de Freitas, a criação do Código Civil brasileiro necessitou aguardar mais cinqüenta anos, até o início do século XX, pelas mãos de Clóvis Bevilacqua. Até o início do século XX, o ensino jurídico continuava restrito às duas pioneiras faculdades, quando novos cursos de direito começaram a surgir, a primeira no Estado da Bahia em 1891, seguindo-se o Rio de Janeiro, além de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Em 1927 já se registravam quatorze Faculdades de Direito.

Na segunda metade do século XIX, o município do Rio Grande revelava uma carência de escolas de nível superior, que propiciava a evasão de significativo número de estudantes, os quais se dirigiam a outros centros, em busca de continuidade para seus estudos. Uma vez concluídos os cursos, esses jovens raramente retornavam à cidade de origem. A consciência dessa realidade, aliada ao propósito de modificá-la, resultou em um movimento cultural, cuja finalidade principal era a criação de uma Escola de Engenharia, na cidade, justificada pelo elevado número de profissionais na área e pelo parque industrial que existia.

Em 1953 se institui a Fundação Cidade do Rio Grande, como entidade mantenedora, como era exigência do Ministério da Educação e Cultura. Após sua autorização para o funcionamento e seu reconhecimento, foi federalizada em 1961 como estabelecimento isolado.

Assim, novas necessidades impulsionaram o surgimento de outras unidades de ensino superior. Em 1959, foi iniciado um movimento visando à instalação em Rio Grande, de uma Escola de Direito a ser mantida, financeiramente, pela Mitra Diocesana de Pelotas. A Faculdade de Direito “Clóvis Bevilacqua” foi reconhecida através do Decreto nº 56.461, de 14/06/65, como pertencente à Universidade Católica de Pelotas, com funcionamento em Rio Grande.

A partir da Faculdade Católica de Filosofia, a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas e da Faculdade de Medicina, surge a Universidade de Rio Grande – URG e a Fundação Universidade do Rio Grande, como sua entidade mantenedora.

O objetivo geral do trabalho é descrever, de acordo com a norma arquivística brasileira, a documentação permanente da Faculdade de Direito Clóvis Bevilacqua, pertencente à Universidade Federal do Rio Grande – FURG, entre os períodos de 1959 a 1972, com a finalidade de preservar

a memória institucional e dar acesso à informação. Dentre os objetivos específicos podem-se citar: realizar a descrição do fundo documental da Faculdade de Direito Clovis Bevilacqua, de acordo com a NOBRADE; implementar e analisar o ICA-AtoM como software para descrição arquivística de documentos no âmbito do Sistema de Arquivos – SIARQ da instituição; e publicar e disponibilizar o instrumento *online* de descrição arquivística.

A relevância do tratamento deste acervo custodiado pela FURG justifica-se porque o mesmo é considerado patrimônio documental da instituição, ao ser entendido como reflexo de uma sociedade, da sua força e sua luta pelo progresso. Seu acervo deve ser entendido como fonte de pesquisa e repositório da informação administrativa. A intervenção arquivística colaborará com o desenvolvimento, a transmissão, a preservação e a difusão do conhecimento desenvolvido na instituição.

Com este trabalho pretende-se aperfeiçoar e estudar a descrição arquivística como forma de preservação, difusão e acesso ao patrimônio documental da instituição. O software de descrição de documentos arquivísticos ICA-AtoM possibilitará a disponibilização deste acervo na Internet. Visando subsidiar as pesquisas de docentes e discentes, desta e de outras instituições em nível nacional e internacional, justificam-se as ações de conservação, preservação e difusão arquivísticas. Tais ações são formas de transmissão cultural, visando à reconstituição de fatos e acontecimentos e como forma de assegurar aos consulentes e pesquisadores os testemunhos da evolução da cidade e da região.

## 2 OS ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS COMO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

Bellotto (1989) explica que a universidade (*universitas*: saber total, universal) teve suas origens na Baixa Idade Média, onde a educação era confinada aos mosteiros isolados, privilegiando a poucos. Dentro de um sistema corporativo, professores e alunos, procuraram unir-se para defender seus interesses comuns e assegurar a autonomia indispensável ao seu trabalho, como forma de resistência às tendências ruralizantes dos poderes reais e feudais. Devido ao seu crescimento, em número e importância, as *universitas* se consolidam definitivamente no século XIII. Surgiam assim, universidades oriundas daquelas corporações profissionais e não das escolas dos conventos e catedrais, como seria de supor. Estas associações “ora eram professores que buscavam mestres (*universitas scholarum*), ora era professores que se organizavam e escolhiam,

por entendimentos prévios com seus futuros alunos, o que lecionariam (*universitas magistrorum*)” (MONDOLFO, 1966 apud BELLOTTO, 1989, p. 17).

Durante a Idade Moderna, as universidades, inclusive as que já existiam na América Espanhola e América Inglesa foram pouco a pouco cristalizando as suas funções específicas, ainda absorvidas pelo ensino e pela reflexão e atuando afastadas dos interesses da sociedade. A autora acrescenta que foi a reformulação da Universidade de Berlim, no século XIX, que trouxe novos ares ao ensino superior. Desta forma, Voltava-se para o “conhecimento novo”, passava a transmitir o que pesquisava e o que criava, sendo que este espírito forjou as novas universidades do século XX, a nível mundial.

Na América do Sul a primeira universidade foi fundada pelos jesuítas na cidade de Córdoba, Argentina, em 1613, e no Brasil mesmo tendo escolas e faculdades isoladas desde 1808, a instituição surge só a partir da década de 20.

De acordo com Bottino (1995 apud BOSO et al., 2007. p. 124) a “abordagem sobre o arquivo universitário na realidade brasileira deve ser vista sob o *prima* histórico-contextual do binômio Universidade/Arquivologia”. Desta forma, um arquivo universitário é um conjunto de documentos produzidos, recebidos e/ou acumulados por instituições universitárias no decorrer de suas atividades. Para Jilek (s/d apud BELLOTTO, 1989, p. 23-24) a principal função dos arquivos universitários é o de:

reunir, processar, divulgar e conservar todos os documentos relativos à administração, histórica e ao funcionamento/desenvolvimento da universidade; avaliar e descrever estes documentos tornando possível seu acesso, segundo as políticas e procedimentos elaborados especificamente para estes fins; supervisionar a eliminação, ter controle da aplicação das tabelas de temporalidade, afim de que nenhum documento de valor permanente seja destruído. Disto tudo depreende-se seu segundo grande papel que é o de: fornecer aos administradores as informações requeridas ao menor prazo possível; fazer as demandas de informação e de pesquisa requer-se do serviço de arquivos universitários que proponha e coordene dentro das unidades universitárias com afinidade de recuperação acelerada dos documentos necessários aos administradores (JILEK s/d apud BELLOTTO, 1989, p. 23-24).

Ao realizar uma análise a partir das convergências entre arquivos e universidades percebe-se a relevância da presença do arquivo, como instituição, para o bom andamento do ensino superior. Bellotto (1989, p. 25) aponta cinco vertentes que apresentam estas convergências:

- 1 Arquivo na universidade enquanto sistema documental oficial de informação administrativa e científica dentro das próprias unidades e órgãos de direção.
- 2 Arquivos culturais com fundos e coleções de origem privada e de interesse da comunidade e de história da região.
- 3 Arquivos da universidade como integrante de um sistema maior dentro da esfera jurídico-administrativa a qual a entidade está ligada.
- 4 Assistência técnica das universidades aos arquivos públicos especialmente os municipais, tão carentes de recursos e de metodologias atualizadas.
- 5 Ensino arquivístico em níveis de graduação, pós-graduação, especialização e extensão com que a universidade pode enriquecer a própria área e os próprios profissionais (BELLOTTO, 1989, p. 25).

Bellotto (1989) acrescenta que os arquivos permanentes das universidades possibilitam eficiência administrativa-acadêmica, informam sobre os procedimentos passados de ensino e de pesquisa, guardam direitos e deveres de todos os atores envolvidos (corpos: docentes, discentes e técnico) e fornecem dados de toda ordem como “grande capital de experiência” para a continuidade da instituição. O arquivo universitário ocupa um lugar de relevância na instituição, ao preservar o conhecimento intelectual gerado na instituição e a evolução histórica do ensino superior.

## 2.1 A descrição arquivística e os instrumentos de pesquisa

A descrição é o “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 67). De uma forma mais ampla a ISAD(G) define a descrição arquivística como:

a elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu (ISAD(G), 2001, p. 4)

Para Kitching (1994 apud HAGEN 1998) a descrição arquivística é

o processo de obter, ordenar, analisar e organizar qualquer informação que sirva para identificar, administrar, localizar e interpretar o patrimônio documental de instituições arquivísticas e explicar os contextos e sistemas de registro dos quais estes documentos foram selecionados (KITCHING, 1994 apud HAGEN 1998).

Desta forma, a elaboração de instrumentos de pesquisa possibilita a identificação, o rastreamento, a localização, a utilização e a consulta a documentos ou informações neles contida, vitais para o processo historiográfico. Estes instrumentos são em essência, “obras de referência que identificam, resumem e localizam, em diferentes graus e amplitudes, os fundos, as séries documentais e/ou as unidades documentais existentes em um arquivo permanente” (BELLOTTO, 2004, p. 180).

Para Schellenberg (2006, p. 313) os instrumentos de busca servem a um duplo propósito de “tornar os papéis conhecidos às pessoas que possam vir a se interessar pelos mesmos [...] facilitar ao arquivista a pesquisa”. Para o autor, a elaboração destes instrumentos permite que o pesquisador seja independente do profissional responsável pelo arquivo, na medida em fornecem todas as informações necessárias para facilitar e viabilizar seu estudo. Estes instrumentos podem ser genéricos e globalizantes, como os guias ou detalhados e específicos, tratando de parcelas do acervo, como os inventários, catálogos, catálogos seletivos e índices.

Neste caso, o inventário descreve conjuntos documentais ou partes do fundo. É um instrumento parcial, trazendo descrição sumária e não analítica. Para Lopez (2002, p. 30) “os inventários devem, necessariamente, abordar conjuntos documentais com algum nível de organização do ponto de vista da classificação arquivística”, ao contrário do guia. Seu objetivo é “descrever as atividades de cada titular, as séries integrantes, o volume de documentos, as datas-limite e os critérios de classificação e de ordenação” (LOPEZ, 2002, p. 30).

As informações contidas nos inventários devem ser reavaliadas sempre que novas inclusões documentais forem feitas (no caso de fundos abertos), ou novos sistemas de ordenação e de acesso forem executados. Bellotto (2004) afirma que o fundamental neste instrumento é que não se faça uma seleção, não se “pulem” documentos, sendo a seqüência dos verbetes (resumo de uma unidade de descrição), em geral, a mesma da ordem do arranjo. Assim, o inventário pode contemplar um fundo inteiro, um só grupo ou alguns deles, uma série ou algumas delas, ou mesmo parte de uma delas.

### 2.1.1 As Tecnologias da Informação aplicadas à descrição arquivística: ICA-AtoM

O ICA-AtoM ou *International Council of Archives – Access to Memory* é um software fundamentado em ambiente web, onde sua interação com o sistema é realizada no navegador de

internet do usuário. Desenvolvido com ferramentas de código aberto baseado em padrões para a descrição arquivística, pode ser usado por uma única instituição para sua própria descrição, ou pode ser definido como uma “lista de união”, aceitando descrições de qualquer número de instituições arquivísticas.

Foi desenvolvido em torno da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - ISAD(G), da Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias – ISAAR(CPF) e da Norma Internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico (ISDIAH) do Conselho Internacional de Arquivos (ICA).

Compreende páginas HTML servidas para um navegador de internet a partir de um servidor de internet; uma base de dados em um servidor de base de dados; um código de software PHP5 que gerencia os pedidos e respostas entre os clientes de internet; uma estrutura que organiza as partes componentes usando orientação a objetos e padrões de web design (symfony) e o Qubit, desenvolvido pelo projeto e personalizado para desenvolver o aplicativo ICA-AtoM.

#### **4 A FACULDADE DE DIREITO CLOVIS BEVILAQUA**

A criação da Faculdade de Direito na cidade do Rio Grande ocorreu pela iniciativa de Dom Antônio Zattera<sup>4</sup>, Bispo da Diocese de Pelotas. Em reunião realizada no Colégio São Francisco, Dom Antônio expressou a intenção da Mitra Diocesana de criar, na cidade, uma Faculdade de Direito atendendo às aspirações crescentes dos cidadãos rio-grandinos e sua ideia teve o apoio de pessoas, que na época, constituíam a elite intelectual da cidade.

A faculdade foi criada no dia 09 de abril de 1959 pela Mitra Diocesana de Pelotas, sendo sua mantenedora. Era parte integrante da Universidade Católica Sul-Rio-Grandense de Pelotas (atual Universidade Católica de Pelotas - UCP), tendo como finalidade ministrar o ensino superior das Ciências Jurídicas e Sociais e promover a sua difusão, tendo como sede a cidade de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.

---

<sup>4</sup> Ministro e 3º Bispo da Diocese de Pelotas, após dois anos de contínuas viagens ao Rio de Janeiro, conseguiu, em 1953, a primeira Faculdade de Filosofia no interior do Estado (Pelotas) e idênticas nas cidades de Bagé (1958) e Rio Grande (1961). Com a Faculdade de Ciências Econômicas, fundada em 1937, pelo Irmão Fernando, lassalista, e incorporada à Mitra Diocesana em 1955, e o curso de Jornalismo, criado em 1958 e transformado em Faculdade de Comunicação Social, em 1960, é criada em 07 de outubro pelo decreto nº 49.088, a Universidade Católica Sul-Rio-Grandense de Pelotas. Sendo Reitor em 1965.

Por sua vez, a UCP, centro católico de cultura sob o patrocínio de Nossa Senhora Medianeira e São Francisco de Paula, possui como finalidade

- 1) Manter e desenvolver a instrução nos estabelecimentos que a compõem;
- 2) empenhar-se pelo aprimoramento da educação no País
- 3) promover a investigação e a cultura filosófica literária, artística, científica e religiosa;
- 4) contribuir para a formação da cultura superior, adaptada às realidades brasileiras e informada pelos princípios cristãos;
- 5) contribuir para o desenvolvimento da solidariedade humana, especialmente no campo social e cultural, em defesa dos valores cristãos da civilização (ESTATUTO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS, 1964).

A UCP era composta por três categorias de estabelecimentos de ensino superior: os incorporados, os agregados e os complementares. Os estabelecimentos incorporados eram mantidos pela entidade mantenedora, os agregados eram mantidos por outras entidades e os complementares (de caráter científico, cultural ou técnico) eram ligados à vida ou aos objetivos da universidade. Em 1964, a UCP contava com sete faculdades incorporadas (a Faculdade Católica de Filosofia de Pelotas; a Faculdade Católica de Filosofia, Ciências e Letras de Bagé; a Faculdade de Direito Clóvis Bevilacqua; a Faculdade de Ciências Econômicas de Pelotas; a Faculdade de Filosofia de Rio Grande; a Faculdade de Serviço Social D. Francisco de Campos Barreto de Pelotas e a Faculdade de Medicina), três institutos (de Psicologia, de Pesquisas Científicas e dos Economistas de Pelotas) e um Colégio Universitário.

Instituída com a denominação de Faculdade de Direito Clóvis Bevilacqua, criada através do Decreto nº 47.738, de 02 de fevereiro de 1960, foi publicado no Diário Oficial da União em 08 de fevereiro do mesmo ano e assinado pelo Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira. Por sua vez, o reconhecimento do curso deu-se no dia 14 de junho de 1965, através do Decreto nº 56.461 de 06 de julho de 1965. A Congregação dos Reverendos Irmãos Maristas cedeu as dependências do Colégio São Francisco localizado na rua Dr. Nascimento 577, para a faculdade exercer suas atividades.

#### **4.1 O fundo documental**

Atualmente, o acervo da Faculdade de Direito Clovis Bevilacqua encontra-se em péssimas condições de conservação. Observam-se presença de mofo, traças, brocas e sujidade. O local

onde era armazenado não contava com controle de temperatura e umidade relativa, nem controle de luminosidade. Aliada a esta situação, o acervo encontrava-se disperso e organizado de forma empírica, sendo necessário primeiramente a reunião do fundo documental Clovis Bevilaqua, aplicando-se o Princípio da Proveniência. Isto permitirá identificar o documento ao seu produtor, devendo manter sua individualidade dentro do contexto orgânico de produção.

Para Duchein (1986) o princípio de respeito aos fundos consiste em manter grupados, sem misturá-los a outros, os arquivos provenientes de uma administração, de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica. A aplicação deste princípio permite, segundo Couture e Rousseau (1998), que se considerem os documentos enquanto conjuntos, e não como peças isoladas, eliminando assim, qualquer possibilidade de dispersão e favorecendo a recuperação e acesso às informações.

Sob a perspectiva de Duchein (1986) existem alguns critérios para definir o órgão produtor de fundos de arquivos: possuir nome e existência jurídica resultante de um ato, atribuições específicas e posição hierárquica amparados por atos legais e possuir um chefe responsável, com poder de decisão. Dentre as dificuldades para sua definição estão: a falta de definição em relação à hierarquia do órgão produtor; o reflexo das variações de competência de desses órgãos na composição dos fundos; a falta de definição da noção de proveniência dos fundos e a extensão do respeito externo e interno aos fundos (à integridade dos fundos e à classificação e divisões estabelecida pelos órgãos produtores).

Desta forma, para identificar todos os fundos documentais da FURG e mais especificamente, a Faculdade de Direito, foi necessário o levantamento da legislação (exame dos estatutos, regimentos, regulamento, normas e demais documentos constitutivos da instituição) e da estrutura organizacional (organogramas). Desta forma, se compreende a origem, funcionamento e transformações político-administrativas que ocorreram na instituição.

Das extintas unidades de ensino que deram origem à FURG, só a Escola de Engenharia Industrial pertencia à Fundação Cidade do Rio Grande. A Faculdade de Direito Clóvis Bevilaqua e Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande pertenciam à Universidade Católica de Pelotas e a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas e a Faculdade de Medicina do Rio Grande eram mantidas pela Prefeitura Municipal da cidade. Assim, após a unificação das primeiras faculdades e obedecendo a Reforma Universitária em 1969, estas faculdades passam a integrar a história da

URG e conseqüentemente, todo seu acervo é mantido sob a custódia da instituição recém-formada.

Após a análise, o acervo da Faculdade de Direito Clovis Bevilacqua é considerado como fundo documental a partir dos critérios de Duchein (1986) ao possuir nome e existência jurídica resultante de um ato. Sua criação deu-se através do Decreto n° 47.738, de 02 de fevereiro de 1960 e o reconhecimento do curso através Decreto n° 56.461, de 06 de julho de 1965. Possui atribuições específicas que constam no seu Estatuto tendo como fim ministrar o ensino superior das Ciências Jurídicas e Sociais e promover a sua difusão, considerado como centro católico de cultura. Com respeito à posição hierárquica amparados por atos legais, consta no Estatuto sua organização administrativa, sendo que a direção técnica-administrativa compete ao Diretor, ao Conselho Administrativo, ao Conselho Departamental e à Congregação. No Livro de Atas da Congregação da faculdade, na ata n° 2 de 05 de agosto de 1959 foi convocada a reunião para “efetivar o convite” para os cargos de diretor, secretário e tesoureiro, que foram aceitos, e cujos nomes foram levados ao Ministério da Educação. Desta forma possui um chefe responsável, com poder de decisão (o Diretor conforme consta no Livro de Atas da Congregação).

Outros princípios colaboram com a identificação e preservação dos diversos fundos documentais da FURG. O princípio da organicidade indica que as relações administrativas como estrutura, função e atividade são refletidas nos documentos e nas suas relações internas e externas. No princípio da unicidade, os documentos de arquivo conservam caráter único, em função do contexto em que foram produzidos. Também chamado de integridade arquivística, o princípio da indivisibilidade diz que os fundos devem ser preservados sem dispersão, mutilação, destruição não autorizada ou adição indevida, sendo derivado do princípio da proveniência. O princípio da cumulatividade indica que o arquivo é uma formação progressiva, natural e orgânica.

Devido à inexistência de um organograma que apresente os órgãos colegiados, os setores administrativos e seus departamentos, foi elaborado um a estrutura levando em conta o Estatuto e o Livro de Atas da Congregação.

#### **4.2 A descrição do fundo documental utilizando a NOBRADE**

Bellotto (2004) explica que na terminologia arquivística brasileira, consagrou-se o uso do termo “arranjo” (traduzido do inglês *arrangement*) que corresponde à classificação nos arquivos

correntes. Na teoria arquivística brasileira, o termo “classificação” é utilizado para documentos tanto em idade corrente quanto em idade permanente. Entretanto, a autora explica que na prática, ter permanecido o uso do vocábulo “arranjo” para designar a organização dos documentos nos arquivos permanentes.

Por sua vez, Barros (2010) aborda a diferenciação entre classificação e arranjo como um problema metodológico e conceitual a partir da obra de Schellenberg *Modern Archives: Principles and Techniques*, de 1956. Schellenberg é um dos primeiros a separar os termos classificação e arranjo, relacionando o primeiro com os arquivos administrativos e o segundo com os arquivos históricos. Na atualidade, conforme o autor, ainda é possível encontrar autores que colocam ambos termos como sinônimos ou como coisas diferentes, dependendo do ponto de vista. Esta separação acontece porque começa uma divisão entre as atividades típicas dos arquivos administrativos contemporâneos e os arquivos histórico-culturais.

Desta forma, a classificação começa a ser encarada por Schellenberg como uma atividade gerencial, porque, para ele, um documento organizado segundo uma estrutura lógica facilitará a eliminação ou sua guarda, e conseqüentemente a descrição.

Para Schellenberg (2006, p. 239) “os princípios de arranjo de arquivos dizem respeito, primeiro, à ordenação dos grupos de documentos, uns em relação aos outros e, em segundo lugar, ao ordenamento das peças individuais dentro dos grupos”. Esta ideia é complementada por Belloto (2004) onde aponta que o arranjo se resume à ordenação dos conjuntos documentais remanescentes das eliminações (estabelecidas pelas tabelas de temporalidade) e que é realizada quando os conjuntos de documentos produzidos/recolhidos por unidades administrativas e/ou pessoas passam a “conviver” uns com outros, passando a ser considerados fundos.

A Universidade Federal do Rio Grande - FURG adota o código de classificação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da Administração Pública e das atividades-meio das Instituições Federais de Ensino Superior. Assim, nestes códigos de classificação, as funções, atividades, espécies e tipos documentais genericamente denominados assuntos, encontram-se hierarquicamente distribuídos de acordo com as funções e atividades desempenhadas pelo órgão, utilizando a classe para mostrar estas relações. Por outro lado, no quadro de arranjo, a subdivisão que corresponde a uma primeira fração lógica do fundo, em geral reunindo documentos produzidos e acumulados por unidade(s) administrativa(s) com

competências específicas é a série. Estas subdivisões são adotadas nas normas de descrição como ISAD(G), ISAAR(CPF) e a Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE.

Assim, após o arranjo, a descrição de documentos arquivísticos toma lugar como uma representação do acervo visando a elaboração de instrumentos de pesquisa. Com base nas reflexões de Maurel e Champagne (1999), Rodrigues (2003) apresenta alguns princípios gerais que devem orientar a descrição. Estes estabelecem a relevância da adoção do princípio de respeito aos fundos já na classificação, pois dele depende a descrição para realizar suas atividades e a descrição realizada do geral para o particular, onde deve-se partir da unidade de descrição mais abrangente hierarquicamente, o fundo.

Com respeito às normas, o Conselho Nacional de Arquivo - CONARQ afirmam que elas

visam garantir descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas. A padronização da descrição, além de proporcionar maior qualidade ao trabalho técnico, contribui para a economia dos recursos aplicados e para a otimização das informações recuperadas. Ao mesmo tempo que influem no tratamento técnico realizado pelas entidades custodiadoras, as normas habilitam o pesquisador ao uso mais ágil de instrumentos de pesquisa que estruturam de maneira semelhante a informação (CONARQ, 2006, p. 10)

Para Hagen (1998) um aspecto importante na questão da padronização da descrição arquivística é a relação necessária com a avaliação e arranjo, já que a descrição

ocorre em todas as fases de tratamento de um acervo documental, e vai refletir em sua forma mais elaborada, os instrumentos de pesquisa, o resultado das operações anteriores. A descrição, padronizada ou não, sempre é uma concretização do princípio do respeito à proveniência, pois assim deve ter sido feito o arranjo dos documentos (HAGEN, 1998. disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n3/27n3a07.pdf>).

Embora a NOBRADE tenha sido pensada para utilização em sistemas de descrição automatizados ou não, as vantagens de seu uso são potencializadas em sistemas automatizados. Em sistemas manuais, esta norma pode facilitar posterior passagem dos dados para os sistemas automatizados, colaborando com o intercâmbio nacional ou internacional de dados, como acontece com o software ICA-AtoM. Tem como pressupostos básicos o respeito aos fundos e a descrição multinível, adotando os seguintes princípios expressos na ISAD(G): descrição do geral para o particular; informação relevante para o nível de descrição; relação entre descrições e não e a não repetição da informação.

Para estabelecer a hierarquia, a NOBRADE considera a existência de seis principais níveis de descrição: acervo da entidade custodiadora (nível 0), fundo ou coleção (nível 1), seção (nível 2), série (nível 3), dossiê ou processo (nível 4) e item documental (nível 5). A norma também admite como níveis intermediários o acervo da subunidade custodiadora (nível 0,5), a subseção (nível 2,5) e a subsérie (nível 3,5). Na norma, nem todos os níveis precisam ser implementados, porém, o nível 5 (item documental) tem como requisito a existência do nível anterior (dossiê ou processo). Assim, o item documental é entendido como um nível e não como um documento podendo acontecer que um dossiê/processo ser constituído de um único documento.

Também prevê a existência de oito áreas: de identificação; de contextualização; de conteúdo e estrutura; de condições de acesso e uso; de fontes relacionadas; de notas; de controle da descrição e de pontos de acesso e descrição de assuntos. Estas áreas compreendem 28 elementos de descrição e, em relação à ISAD(G), possui mais uma área (de pontos de acesso e descrição de assuntos) e dois elementos de descrição (notas de conservação e pontos de acesso e indexação de assuntos). Dentre os 28 elementos de descrição, existem sete que são obrigatórios: código de referência; título; data(s); nível de descrição; dimensão e suporte; nome(s) do(s) produtor(es); e, condições de acesso (somente para descrições em níveis 0 e 1).

Conforme Duchain (1986) foi vinculado o fundo (nível 1) Faculdade de Direito Clóvis Bevilacqua à existência jurídica, administrativa e estrutural da instituição. Seguidamente, intentou-se estabelecer a seção (nível 2) que precede à série, sendo a subdivisão que reúne documentos produzidos e acumulados por unidade(s) administrativa(s) com competências específicas. No caso do fundo documental da Faculdade de Direito Clóvis Bevilacqua, a inexistência de orientação ou sinalização das unidades administrativas que produziram ou acumularam os documentos impedem de estabelecer seção no fundo.

Assim, adotou-se a série (nível 3) como subdivisão do fundo (nível 1). As intervenções realizadas anteriormente nos diversos fundos documentais na instituição, influenciaram a denominação atual das séries. Para descrever o conteúdo de cada caixa, foram confeccionados espelhos identificando: o número de caixa (de caráter sequencial), o nome do órgão produtor dos documentos (Faculdade de Direito), as datas baliza e o assunto (atas de provas, ponto dos professores, correspondências, etc.). Desta forma, identificava-se o órgão a quem pertencia o documento (Faculdade de Direito), mais não o setor que tinha produzido e/ou acumulado

(secretaria, tesouraria, departamento). Decidiu-se então adotar uma denominação geral conforme o código de classificação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da Administração Pública e das atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior, adotados na instituição.

Após a análise das funções desempenhadas pelo órgão e os documentos resultantes destes, três séries foram reflexo das atividades desenvolvidas na Faculdade de Direito: Administração Geral, Ensino Superior, Assistência Estudantil e Assuntos Diversos.

Na série (nível 3) Administração Geral foram classificados os documentos referentes às atividades relacionadas à sua administração interna, que viabilizavam o seu funcionamento e o alcance dos objetivos para os quais foram criados. Nela, foram inseridos documentos referentes à criação, estruturação, funcionamento e organização interna do órgão; documentos relativos aos direitos e obrigações tanto dos servidores lotados no órgão como da instituição empregadora no que tange à assistência, proteção ao trabalho e concessão de benefícios; documentos referentes à administração dos materiais de consumo e bens patrimoniais; documentos relativos à planos orçamentários e às operações contábeis e financeiras referentes ao uso dos recursos públicos e comprovação de receita e despesa como movimentação de conta corrente, balanços e prestações de contas aos tribunais de contas.

Na série (nível 3) Ensino Superior, foram classificados os documentos referentes a uma das finalidades da educação superior como a formação e titulação dos diplomados. Os documentos são oriundos das atividades que envolvem a criação, organização e funcionamento do curso de graduação, assim como o registro da vida acadêmica dos acadêmicos. Nela, inserem-se os documentos referentes às normas, regulamentações, diretrizes, procedimentos e decisões de caráter geral que dispõem sobre a concepção, organização e funcionamento do ensino superior, emanados tanto dos órgãos do governo federal responsáveis pela educação superior quanto da própria instituição de Ensino Superior.

Na série (nível 3) Assistência Estudantil, foram classificados os documentos relacionados às bolsas de estudo (auxílio) e na série Assuntos Diversos, foram classificados os documentos de caráter genérico que se relacionam com as diversas atividades desenvolvidas pelo órgão. Nela, inserem-se os documentos referentes à organização de solenidades, comemorações, homenagens, bem como aos discursos e palestras proferidas por dirigentes, servidores ou convidados; documentos referentes a eventos, promovidos ou não pelo órgão, assim como pedidos e cartas de

apresentação e recomendação; comunicações de posse, endereço e afastamento; convites; felicitações e congratulações; protestos, reivindicações e oferecimentos diversos.

O nível 4, dossiê ou processo, apresentado pela NOBRADE (2006) permitiu descrever documentos relacionados entre si por assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto) ou constituída de documentos oficialmente reunidos no decurso de uma ação administrativa ou judicial. O nível 5, item documental é entendido como nível e não como documento, conforme a norma.

### **4.3 A utilização do ICA-AtoM para descrição do acervo**

Desenvolvido em torno da ISAD(G), da ISAAR(CPF) e da ISDIAH do Conselho Internacional de Arquivos, o ICA-AtoM, pode ser usado por uma única instituição para sua própria descrição, ou pode ser definido como uma “lista de união”, aceitando descrições de qualquer número de instituições arquivísticas.

O ICA-AtoM é um software livre com código aberto, ou seja, pode ser usado, copiado, estudado, modificado e redistribuído sem restrição e permite intercâmbios nos formatos EAD-DTD e Dublin Core. Uma das vantagens na utilização do software para a descrição arquivística, se refere a possibilidade de acesso remoto aos documentos, bem como a visualização, através da estrutura do software, das hierarquias e das vinculações que os documentos estabeleceram no cumprimento de sua função. Com respeito a sistemas informatizados, Fox (2007, p. 25) afirma que

seu objetivo, e ele deve ser o nosso também, é nada menos que o acesso simultâneo à informação sobre o acervo de múltiplos arquivos, apresentados e indexados consistentemente, de modo a maximizar a eficiência e efetividade do processo de pesquisa (FOX, 2007, p.25).

Para a adoção de um novo software na FURG, é necessária uma análise por parte da Divisão de Suporte, do NTI visando possibilidade da hospedagem no sistema da instituição. Este análise também levanta questões de segurança, já que trata-se de softwares de terceiros. Após ter cumprido estes passos é que o software será submetido a testes, para verificar suas características e desempenho que será novamente analisado para viabilizar sua implantação.

Em janeiro de 2012, começou a ser realizado o teste do software, assim de “isolá-lo” num computador, ou seja, o computador somente seria usado para albergar o ICA-AtoM. Conforme o responsável, a instalação da versão 1.1 (a primeira não beta) não teve muitas dificuldades, porém salientou que é necessário ter certo conhecimento na área, já que precisou a instalação dos softwares: Apache 2.2, PHP 5.3 e Mysql 5.1. Com respeito a espaço de armazenamento, não foi estabelecido limite, sendo necessária a inserção de dados para avaliar seu comportamento. Com respeito à viabilização da implantação do ICA-AtoM, o responsável pelo suporte afirmou que existe incompatibilidade de versão, a FURG utiliza o PHP 3 e o software o PHP 5. O PHP é uma linguagem de software livre de uso geral, muito utilizada e especialmente guarnecida para o desenvolvimento de aplicações web, dentro do HTML. Neste sentido, Fox (2007, p. 28-29) explica que

quando os sistemas de computadores e suas aplicações usam tecnologias diferentes e incompatíveis que dificultam, se não impossibilitam, a troca de dados. A solução do problema é tratado por um conjunto de normas que emergiram no mundo da XML (Extensible Markup Language), uma pedra de roseta da informática que torna possível gerenciar (armazenar, indexar, transportar e apresentar) dados de ambientes computacionais díspares, com diferentes programas e equipamentos cujas naturezas patenteadas previamente faziam o intercâmbio de dados ser difícil e/ou caro. Para arquivos, nós temos normas tais como: Encoded Archival Description (EAD), Encoded Archival Context (EAC) e Encoded Archival Guides (EAG), que são aceitas internacionalmente como protocolos para se intercambiar eficientemente dados sobre documentos, produtores de documentos e instituições arquivísticas (FOX, 2007, p. 28-29).

Outro problema relatado pela equipe era o desconhecimento se os metadados poderiam ser migrados para a página do Arquivo, desenvolvida em Joomla! O Joomla! é um sistema de gestão de conteúdos (*Content Management System* - CMS) desenvolvido a partir do CMS Mambo. É desenvolvido em PHP e pode ser executado no servidor Web Apache ou IIS e base de dados MySQL. É um projeto de código aberto (licença GNU/GPL) e a sua última versão estável é a 2.5.1 (lançada em fevereiro de 2012); a sua última versão legada é a 1.0.15.

Desta forma, decidiu-se disponibilizar o inventário, descrito conforme a NOBRADE e utilizando o ICA-AtoM, na página do Arquivo Geral da FURG, sendo que sua interação com o sistema é realizada no navegador de internet do usuário, por ser um software fundamentado em ambiente web. Desta forma, o ambiente foi instalado tendo como acesso a URL: <http://ica-atom.furg.br>. Como se trata de uma versão de teste o acesso foi limitado apenas para um usuário

([andreasantos@furg.br](mailto:andreasantos@furg.br)) com senha e um local. Como medida de segurança, o acesso só pode ser realizado no ambiente interno da FURG.

No software ICA-AtoM pode-se escolher o idioma entre o inglês, o espanhol e o português do Brasil. Ao escolher o idioma português do Brasil, percebeu-se falhas na tradução. Somente alguns campos foram traduzidos e outros permaneceram em inglês. Isso não acontecia quando se optava pelo espanhol, onde todos os campos estavam no idioma correspondente. Acredita-se que novas versões corrigiram estes detalhes.

Com respeito à descrição o leque é amplo. Seu cabeçalho principal possui sete abas que possibilitam a busca por diversos escopos: descrição arquivística, registros de autoridade, instituições arquivísticas, funções, assuntos, lugares e objetos digitais. Com respeito aos elementos para descrição de documentos, o ICA-AtoM não possui História administrativa/Biografia (pertencente à área de contextualização) nem Notas sobre conservação (pertencente à área de notas). Este último se justifica, pois o elemento não consta na ISAD(G), sendo próprio da NOBRADE. Estas informações podem ser inseridas no elemento Notas gerais. Também permite colocar a observação sobre a versão da descrição, se é final ou rascunho.

O segundo cabeçalho se refere às ações editáveis: inclusão de descrições arquivísticas, registros de autoridade, instituição arquivística, termo e função. A partir do terceiro cabeçalho é possível adicionar uma nova descrição de fundo/coleção, baseado na ISAD(G). Para o registro de autoridade, o ICA-AtoM, utiliza a ISAAR(CPF). Os registros são a forma autorizada do nome combinados com elementos de informação que identificam e descrevem a entidade e a norma possui quatro áreas: identificação, descrição, relacionamento e controle. Para a descrição da instituição arquivística é utilizada a ISDIAH, que possui seis áreas de descrição: identificação, contato, descrição, acesso, serviços e controle. Assim para descrever uma função, através da ISDF, é necessário estabelecer ligações com as descrições arquivísticas, os registros de autoridade, principalmente.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ainda muito tem que ser feito para assegurar as condições de preservação e acesso. É necessário continuar com a identificação e tratamento dos fundos documentais da FURG. Esta experiência em organizar e descrever o fundo documental da Faculdade de Direito, propiciará o

tratamento documental em outras faculdades e fundos fechados da instituição.

Para a descrição do acervo da Faculdade de Direito, foram estabelecidos os níveis de descrição conforme a NOBRADE: fundo (nível 1), série (nível 3) como subdivisão do fundo (nível 1). As intervenções realizadas anteriormente, nos diversos fundos documentais sob sua custódia, influenciaram na definição de seção (nível 2) e na denominação atual das séries. Por um lado, a inexistência de orientação ou sinalização das unidades administrativas que produziram ou acumularam os documentos determinou a supressão da seção (nível 2) no fundo. Por outro lado, os elementos que foram utilizados para descrever o conteúdo de cada caixa, foram insuficientes para identificar o setor responsável pela produção e/ou acumulação de documentos (secretaria, tesouraria, departamento). Decidiu-se então adotar uma denominação geral conforme o código de classificação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da Administração Pública e das atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior, adotados na instituição.

Após a análise das funções desempenhadas pelo órgão e os documentos resultantes destes, quatro séries foram reflexo das atividades desenvolvidas na Faculdade de Direito: Administração Geral, Ensino Superior, Assistência Estudantil e Assuntos Diversos.

Na série (nível 3) Administração Geral foram classificados os documentos referentes às atividades relacionadas à sua administração interna. Nela, foram inseridos documentos referentes à organização e funcionamento do órgão; documentos relativos aos direitos e obrigações tanto dos servidores lotados no órgão; documentos referentes à administração dos materiais de consumo, bens patrimoniais e orçamento e finanças.

Na série (nível 3) Ensino Superior, foram classificados os documentos referentes a uma das finalidades da educação superior como a formação e titulação dos diplomados. Os documentos são oriundos das atividades que envolvem a criação, organização e funcionamento do curso de graduação, assim como o registro da vida acadêmica dos acadêmicos. Na série (nível 3) Assistência Estudantil, foram classificados os documentos relacionados às bolsas de estudo (auxílio) e na série Assuntos Diversos, os documentos de caráter genérico que se relacionam com as diversas atividades desenvolvidas pelo órgão. Desta forma, ainda os níveis 4 e 5 não foram descritos, porém o tratamento, a descrição documental e a elaboração de instrumentos de pesquisa é um marco na no âmbito institucional. A boa qualidade na descrição de cada fundo arquivístico permitirá que o pesquisador consiga detectar, preliminarmente, a possível existência e a localização de documentos de seu interesse, garantindo o pleno acesso aos documentos.

Assim, a utilização de um software para descrição arquivística de documentos no âmbito do Sistema de Arquivos – SIARQ, será uma oportunidade para oferecer um instrumento de pesquisa *online*, obedecendo à norma nacional e as internacionais de descrição e com a utilização de um software específico, à altura de grandes instituições arquivísticas.

Deve-se destacar, acima de tudo, a relevância da continuidade deste processo nos diversos fundos documentais da FURG, como forma de preservar o patrimônio documental da instituição e a memória do ensino superior na região.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BARROS, Thiago Henrique Bragato. **A construção discursiva em Arquivística**: uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de classificação e descrição. Dissertação [Mestrado em Ciência da Informação] – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Universidade e arquivo**: perfil, história e convergência. In: Trans-in-formação. V.1, n. 3, set/dez 1989. p. 15-28. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/index.php?dd60=0&dd61=ARQUIVO&dd50=301> Acesso em 18 jan 2012.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BOSO, Augisa Karla et al. **Importância do arquivo universitário**. In: Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, v. 12, n.1, p.123-131, jan./jun., 2007. Disponível em: <http://revista.acb.org.br/index.php/racb/article/viewArticle/488/627> Acesso em 18 jan. 2012.

BRASIL. Lei de 11 de agosto de 1827. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/revista/Rev\\_63/Lei\\_1827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_63/Lei_1827.htm) Acesso em 21 jan. 2012.

COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa : Dom Quixote, 1998

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. In: **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, p. 14-33, 1986. Disponível em: [http://www.aab.org.br/digitalizacao/revistas/V10\\_14N11982\\_86.pdf](http://www.aab.org.br/digitalizacao/revistas/V10_14N11982_86.pdf) Acesso em 09 jan. 2012.

FOX, Michael. Por que precisamos de normas. In: **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n° 1-2, jan/dez 2007 p. 23-30. Disponível em:

<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/127>. Acesso em: 06 Mar. 2012.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. **Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística**. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n3/27n3a07.pdf> Acesso em 05 mar. 2012.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. Projeto Como Fazer 6.

RODRIGUES, Georgete Medleg. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da Norma Internacional de Descrição Arquivística. In: RODRIGUES, G.M.; LOPES, I. L. (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003. p. 210-230.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos**: Princípios e Técnicas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.